

1984, melhor que 1988

A atual fase da política brasileira lembra muito o conhecido verso do poeta Jean Cocteau: "Nada se parece mais com uma casa em construção do que uma em demolição".

A idéia se aplica ao Brasil, onde um processo de abertura que entra no seu sexto ano destrói velhas realidades políticas e constrói novas, dando a impressão — especialmente para os obtusos e os de direita — que se está demolindo quando, na verdade, se está construindo.

Tanto o poder quanto a oposição aprenderam, de experiência própria e alheia (como no exemplo da Argentina), que negociação política nada tem de indecoroso. E que pode ser proveitoso para todos, em benefício da manutenção de conquistas, como o clima de liberdade.

A negociação seria entre segmentos contrários, permitida pela anistia e pelo fim do AI-5, há alguns poucos anos, já apresentou vários resultados, mas ainda está longe de ter esgotado todo o seu potencial de realização. Uma ampla negociação política nacional, na verdade, mudaria substancialmente a realidade política do País.

O ponto de partida mais adequado para isto ainda continua sendo a emenda constitucional remetida pelo Planalto ao Congresso. Em quase 60 modificações da Constituição estão contidas as bases de uma negociação parlamentar séria, para a qual deve ser convidada a sociedade civil, que tem muito o que oferecer de sugestões e de críticas ao projeto do Executivo.

O medo de negociar, entretanto, é grande, antes de mais nada pelo fato de que o Brasil é uma nação de grandes massas urbanas órfãs de organização e de disciplina, como na Europa ou na vizinha Argentina, e muito propensas, até pela sua juventude e falta de memória, a seguir lideranças e correntes que, na verdade, não têm condições de dar consequência prática à imensa mobilização que desatam no País.

Em qualquer nação européia, um partido que tivesse logrado colocar nas ruas de suas metrópoles as multidões arregimentadas no Brasil nas últimas sema-

nas, estaria agora no poder, organizando novo governo e, possivelmente, até novo regime.

Conscientes dessa incapacidade de materializar em resultados concretos a sua própria arregimentação de massas, os líderes oposicionistas sentem-se inibidos de negociar politicamente com o poder, por temer a pecha da "traição". Com isto, perde-se de vista o essencial: o povo não quer a emenda Dante ou a do Governo, mas, objetivamente, a eleição presidencial direta este ano. E pouco se importa se isto será alcançado via Dante ou via acordo com o PDS. As massas aqui, como em toda parte, querem resultados.

Ora, resultados podem ser obtidos pela negociação política, em que nenhum dos dois lados — oposição e poder — esteja acuando o outro. O mais difícil de ser obtido já foi alcançado por antecipação no Brasil do presidente Figueiredo, ou seja, todos estão a favor de eleição presidencial direta.

Inexiste, portanto, o antagonismo fundamental que daria origem a um impasse de proporções intransponíveis pelo diálogo e pela negociação.

Já que não existe esse obstáculo fundamental, pois todos querem as diretas, torna-se secundária a objeção contra as diretas em 84. Se refletisse melhor, o Governo, ao contrário, querê-las-ia "já", até porque seu maior adversário eleitoral, o governador do Rio, é muito mais fácil de ser derrotado este ano do que daqui a dois ou a quatro. Em 1984 ele não venceria. Em 1988 poderá ser imbatível.

E preciso, portanto, que não se tomem as atuais dificuldades e a fase de transformação do País como uma prova de destruição da democracia, como raciocinam alguns ultras, mas exatamente pelo oposto, pelo início de uma nova fase que pode ser fecunda na consolidação do que já se ganhou e na obtenção de novas conquistas na direção da maior democratização política, econômica e social do País.

LUIZ ADOLFO PINHEIRO